

SUMÁRIO

Autores	15
---------------	----

PARTE I

PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DO MARCO CIVIL

Marco Civil da Internet – uma Visão Panorâmica dos Principais Aspectos Relativos às suas Disposições Preliminares, 23

NEWTON DE LUCCA

I. Considerações introdutórias.....	23
II. Aspectos gerais das disposições preliminares.....	32
III. Breves considerações sobre o conceito de princípio	35
IV. Fundamentos da disciplina do uso da internet no Brasil	61
V. Princípios da disciplina do uso da internet no Brasil	63
VI. Objetivos da disciplina do uso da internet no Brasil	64
VII. Conceitos empregados na lei	70
VIII. Norma de interpretação da lei	71
V. Conclusões.....	76

Uma Breve História da Criação do Marco Civil, 79

RONALDO LEMOS

1. Introdução: A Importância do Marco Civil no Contexto Internacional	79
2. Uma Breve História da Criação do Marco Civil	82
3. Do Marco Zero à disseminação da ideia do Marco Civil	85
5. Bibliografia.....	100

NETMundial e o Marco Civil: a Necessidade de Ambos, 101

DEMI GETSCHKO

**Políticas Públicas para a Inserção do Idoso na Sociedade da
Informação: Da Inclusão Digital à Inclusão Social, 107**

ANTONIO CARLOS MORATO

**Abertura e Colaboração como Fundamentos do Marco Civil
da Internet: a Atuação do Poder Público na Construção do
Governo Eletrônico Brasileiro e a Governança da Internet, 129**

RUBENS BEÇAK & JOÃO VICTOR ROZATTI LONGHI

Introdução.....	129
1. Fundamentos do Marco Civil: breves assertivas à luz da teoria dos direitos fundamentais	130
2. Abertura e colaboração: a ciberdemocracia e a concretização dos princípios do governo eletrônico	135
2.1. Alicerces normativos do e-government brasileiro: transparência e participatividade	137
2.2. Gestão multiparticipativa na governança e a função do Comitê Gestor da Internet.....	141
Considerações finais.....	144
Referências	145

**A Lei nº 12.965/14 como Instrumento de
Promoção dos Direitos Humanos, 147**

MARCELO BENACCHIO & QUEILA ROCHA CARMONA DOS SANTOS

Introdução.....	147
1. Os Direitos Humanos e o Poder.....	148
2. Encontros Tecnológicos e os Espaços Virtuais	152
3. Os Direitos Humanos e a Internet	156
4. Ordem Jurídica Brasileira – a Lei nº 12.965/14 como Instrumento de Promoção dos Direitos Humanos	163
Conclusão	167
Referências	169

Direitos Humanos e Cidadania Digital, 171

PAULO HAMILTON SIQUEIRA JR.

1. Introdução	171
2. Direitos Humanos	172
3. Cidadania	173
4. Sociedade da Informação	175

5. Marco Civil e Cidadania Digital	179
6. Conclusão	183
7. Bibliografia.....	184

Direito Fundamental à Exclusão Digital, 187

VICTOR HUGO PEREIRA GONÇALVES

1. Exclusão Digital e a Dignidade da Pessoa Humana.....	188
2. Das redes e tecnologias de informação e comunicação e a Dignidade	190
3. O Brasil nas contradições da inclusão digital: necessidade da exclusão.....	193
3.1. A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).....	196
3.2. Os Equipamentos Antifurtos do CONTRAN.....	198
3.3. A Urna Eletrônica Biométrica	199
3.4. Procedimento Eletrônico Judicial	201
3.5. A falta de transparência no acúmulo de informações nas práticas governamentais brasileiras: direitos humanos afrontados.....	202
4. Exclusão digital como direito fundamental	204
5. Bibliografia.....	206
Referências na Internet	206

A Atuação do Poder Público no Desenvolvimento da Internet: das Experiências de Governo Eletrônico às Diretrizes Previstas na Lei nº 12.965/2014, 207

ROSANE LEAL DA SILVA

Introdução.....	207
1. Da autorregulação à edição da Lei nº 12.965/2014: notas introdutórias para a compreensão da regulação da internet no Brasil.....	208
2. O uso das tecnologias e o desenvolvimento do conceito de Governo eletrônico	210
3. Breve panorama dos anos iniciais do Governo Eletrônico no Brasil	214
4. O Governo Eletrônico à luz da Lei nº 12.965/2014	221
Considerações Finais	229
Referências	231

Cultura Digital e Marco Civil da Internet: Contradições e Impedimentos Jurídicos no Acesso à Informação, 235

MARCOS WACHOWICZ

1. O Marco Civil da Internet: A Legitimidade do Processo.....	235
2. Noções Conceituais Fundamentais: a Ideia de Informação na Sociedade Informacional	236
3. A Cultura Digital: os Novos Insumos da Sociedade Informacional	239
4. Direitos Humanos: a Liberdade de Expressão e o Acesso a Informação	241
5. Cultura Digital e Direito de Informação: Uma Nova Dimensão dos Direitos Humanos	243
6. Considerações Finais	244
Referências	245

Fundamentos Constitucionais do Marco Civil da Internet, 247

PAULO ADIB CASSEB

Introdução.....	247
1. A Era da Imagem	247
2. Os Direitos à Privacidade e a Invasão Eletrônica	250
3. O Marco Civil da Internet no Brasil.....	254
Conclusão	259
Bibliografia	259

PARTE II

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

A Proteção dos Dados Pessoais na Fase de Coleta: Apontamentos sobre a Adjetivação do Consentimento Implementada pelo Artigo 7, Incisos VIII e IX do Marco Civil da Internet a Partir da *Human Computer Interaction* e da *Privacy By Default*, 263

CÍNTIA ROSA PEREIRA LIMA & BRUNO RICARDO BIONI

1. Introdução e premissas metodológicas.....	263
2. A proteção dos dados pessoais no Marco Civil da Internet.....	265
2.1. Efeitos “pós-snowden” e o consentimento do titular dos dados como elemento central para a sua proteção	265

2.2 Consentimento como informado e expresso: um possível caminho a ser percorrido com a interação entre o homem e o computador (Human Computer Interaction/HCI)	268
2.3. Considerações sobre privacy by default: a configuração padrão dos navegadores para a proteção dados pessoais na fase de coleta	277
3. Considerações sobre consentimento informado e expresso para a coleta dos dados pessoais a partir da multa aplicada pela Secretaria de Defesa e Proteção do Consumidor à Operadora de Telefonia Móvel “Oi”	283
4. Conclusões.....	286
5. Referências Bibliográficas.....	287

A Privacidade, a Proteção dos Dados e dos Registros Pessoais e a Liberdade de Expressão: Algumas Reflexões sobre o Marco Civil da Internet no Brasil (Lei nº 12.965/2014), 291

ANTONIA ESPÍNDOLA LONGONI KLEE & GUILHERME MAGALHÃES MARTINS

1. Introdução	291
2. A Evolução do Conceito de Privacidade, a Liberdade de Expressão e o Direito Fundamental à Proteção dos Dados Pessoais.....	295
2.1. O direito fundamental à privacidade e à liberdade de expressão	295
2.2. A evolução do conceito de privacidade na sociedade da informação	298
3. A Regulamentação da Proteção dos Dados e dos Registros Pessoais no Ordenamento Jurídico Brasileiro	310
3.1. Princípios da proteção de dados pessoais.....	316
3.1.1 Princípio da transparência ou da publicidade	317
3.1.2. Princípio da boa-fé ou da pertinência ou da finalidade	318
3.1.3. Princípio da segurança	323
3.1.4. Princípio do livre acesso ou da participação	323
3.1.5. Princípio do consentimento	324
3.2. Regime jurídico de proteção dos dados pessoais	325
3.2.1. O Código de Defesa do Consumidor e o Projeto de Lei do Senado nº 281/2012 sobre comércio eletrônico	327
3.2.2. A Lei nº 12.965/2014 – o marco civil da internet no Brasil	336
3.2.3. O Anteprojeto de Lei de Proteção de Dados Pessoais.....	352

3.2.4. Outras iniciativas legais de proteção de dados e de registros pessoais	359
4. Conclusão.....	361
Referências	362

Princípios de Proteção de Dados Pessoais, 369

DANILO DONEDA

Marco Civil da Internet e Direitos da Personalidade, 385

FÁBIO HENRIQUE PODESTA

1.Contextualização da temática e breves considerações sobre a Lei do Marco Civil da Internet (LMCI)	385
2. Os direitos da personalidade na atual conformação jurídica nacional	397
3. Colisão e conformação de direitos: liberdade de expressão e preservação dos direitos da personalidade	400
4. Conclusões.....	402
Bibliografia	402

Proteção da Privacidade e de Dados Pessoais na Internet: O Marco Civil da rede examinado com fundamento nas teorias de Zygmunt Bauman e Manuel Castells, 405

IRINEU FRANCISCO BARRETO JUNIOR

Introdução.....	405
Sociedade em Rede.....	406
Vigilância Líquida	413
Marco Civil, Proteção da Privacidade e de Dados Pessoais na Internet	419
Conclusão	428
Referências Bibliográficas	429

A Liberdade de Expressão e o Direito à Privacidade no Marco Civil da Internet, 431

SAMANTHA RIBEIRO MEYER-PFLUG & FLAVIA PIVA ALMEIDA LEITE

Introdução.....	431
1. Liberdade de Expressão do Pensamento	432

2. Limites à Liberdade de Expressão do Pensamento: Direito à Privacidade	435
3. O Direito à Privacidade e o Marco Civil da Internet.....	439
Conclusões	444
Referências	445

A Proteção de Dados Pessoais entre Leis, Códigos e Programação: Os Limites do Marco Civil da Internet, 447

RAFAEL A. F. ZANATTA

Introdução.....	447
1. O problema do atraso regulatório brasileiro para proteção de dados pessoais.....	449
A. O debate teórico sobre regulação e direito	449
B. A “colcha de retalhos jurídica” para proteção de dados pessoais no Brasil	451
C. O atraso brasileiro em perspectiva comparada: emergência das autoridades garantidoras na América Latina	453
2. A discussão do anteprojeto de dados pessoais no Brasil.....	455
A. A construção do consenso na academia e no governo	455
B. Avaliando a participação dos atores na discussão do anteprojeto de lei de proteção de dados pessoais	456
C. Correção e autorregulação: mobilizações em torno do desenho regulatório.....	459
3. Para além do texto legal: desafios para a construção do modelo regulatório híbrido	462
A. Limites do Marco Civil da Internet	462
B. Enxergando a caixa de ferramentas do sistema regulatório híbrido	464
C. Desafios de uma agenda: atores e papéis	466
Conclusão	468
Referências.....	469

A Tutela da Privacidade do Consumidor na Internet: Uma Análise à Luz do Marco Civil da Internet e do Código de Defesa do Consumidor, 471

LAURA SCHERTEL MENDES

1. Introdução	471
2. O Marco Civil da Internet e o Código de Defesa do Consumidor: um diálogo	474

3. O direito básico do consumidor à proteção de dados pessoais na internet	476
3.1. Condições de legitimidade para o tratamento de dados pessoais	478
3.2. Procedimentos para a garantia do direito	485
i) Transparência	485
ii) Tratamento de dados compatível com a finalidade da coleta	487
iii) Garantia dos direitos de acesso, retificação e cancelamento	487
iv) Proteção dos dados sensíveis	488
v) Segurança dos dados pessoais	488
vi) Limitação temporal	491
3.3. Fiscalização, aplicação de sanções e reparação	491
4. Análise de casos	494
4.1. Cookies	495
4.2. Publicidade comportamental	496
5. Conclusão	499
6. Referências Bibliográficas	499

O Direito à Privacidade no Marco Civil da Internet, 503

FÁBIO ULHOA COELHO

1. A substituição dos legisladores pelos programadores	503
2. Direito à privacidade	504
3. Inviolabilidade da vida privada e seus limites	506
4. O caso “Cicarelli”	509
5. Privacidade na internet	511
6. Privacidade no Marco Civil da Internet	513
7. Lembra daquilo que chamávamos privacidade?	514

Marco Civil da Internet e Proteção de Dados Pessoais, 517

MARCEL LEONARDI

1. Introdução	517
2. Proteção de dados e sua importância	518
3. O tratamento de dados pessoais para fins comerciais e o Marco Civil	524
4. A privacidade do usuário em relação ao Estado e o combate a atos ilícitos online pré e pós Marco Civil da Internet	530
5. A importância das plataformas digitais	536

O Direito ao Esquecimento (*Right to Oblivion*), 539

LEONARDO NETTO PARENTONI

1. Introdução e Delimitação do Tema.....	539
2. Ponderação de valores: Entre a memória e o esquecimento.....	541
3. Nomenclaturas e etimologia	546
4. Classificação dos dados e alcance do direito ao esquecimento ..	548
5. Diferenças quanto à percepção do fenômeno: EUA X CE	554
6) Leading cases estrangeiros.....	558
7. Legislação estrangeira.....	566
8. Definição, natureza jurídica e alcance do direito ao esquecimento	576
8.1. Natureza jurídica.	581
8.2. Quem pode exercê-lo	582
8.3. Como e contra quem pode ser exercido	582
8.4. Prazo	585
8.5. Objeto	585
9. Limites do direito ao esquecimento.....	590
10. Barreiras tecnológicas e dificuldades de efetivação (<i>enforcement</i>)	600
11. Efeitos colaterais do direito ao esquecimento	606
12. A realidade brasileira.....	609
13. Conclusão	613
Bibliografia efetivamente consultada.....	613
Fontes normativas efetivamente consultadas.....	617

O Direito ao Esquecimento e a Privacidade, 619

PATRICIA MARTINEZ ALMEIDA & VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA

Introdução.....	619
1. O Direito ao esquecimento como garantia aos usuários de um sistema protetivo à dignidade humana na rede.....	621
2. O direito de ser deixado em paz: a possibilidade de um botão apagar na internet	627
3. A aplicação do direito ao esquecimento: as experiências europeia e brasileira	633
Conclusão	641
Referências	642